

HABEAS CORPUS Nº 548.595 - PR (2019/0356970-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
REGINA YURICO TAKAHASHI - PR013315
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : RENAN LUIS BORGES DE CAMARGO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

O paciente alega sofrer coação ilegal ante acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*. Sustenta a impossibilidade de soma das penas de reclusão e determinação, considerando que são de naturezas diversas, por aplicação do art. 111 da LEP e pede a execução, em primeiro lugar, da reprimenda mais grave e, após, da detenção.

Decido.

Não verifico a plausibilidade jurídica do direito invocado, pois a teor dos julgados desta Corte: "As reprimendas de reclusão e de detenção devem ser somadas para fins de unificação da pena, haja vista que ambas são modalidades de pena privativa de liberdade e, portanto, configuram sanções de mesma espécie" (**AgRg nos EDcl no HC n. 502.549/PR**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 20/8/2019).

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações atualizadas ao Juízo das Execuções. Depois da resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator